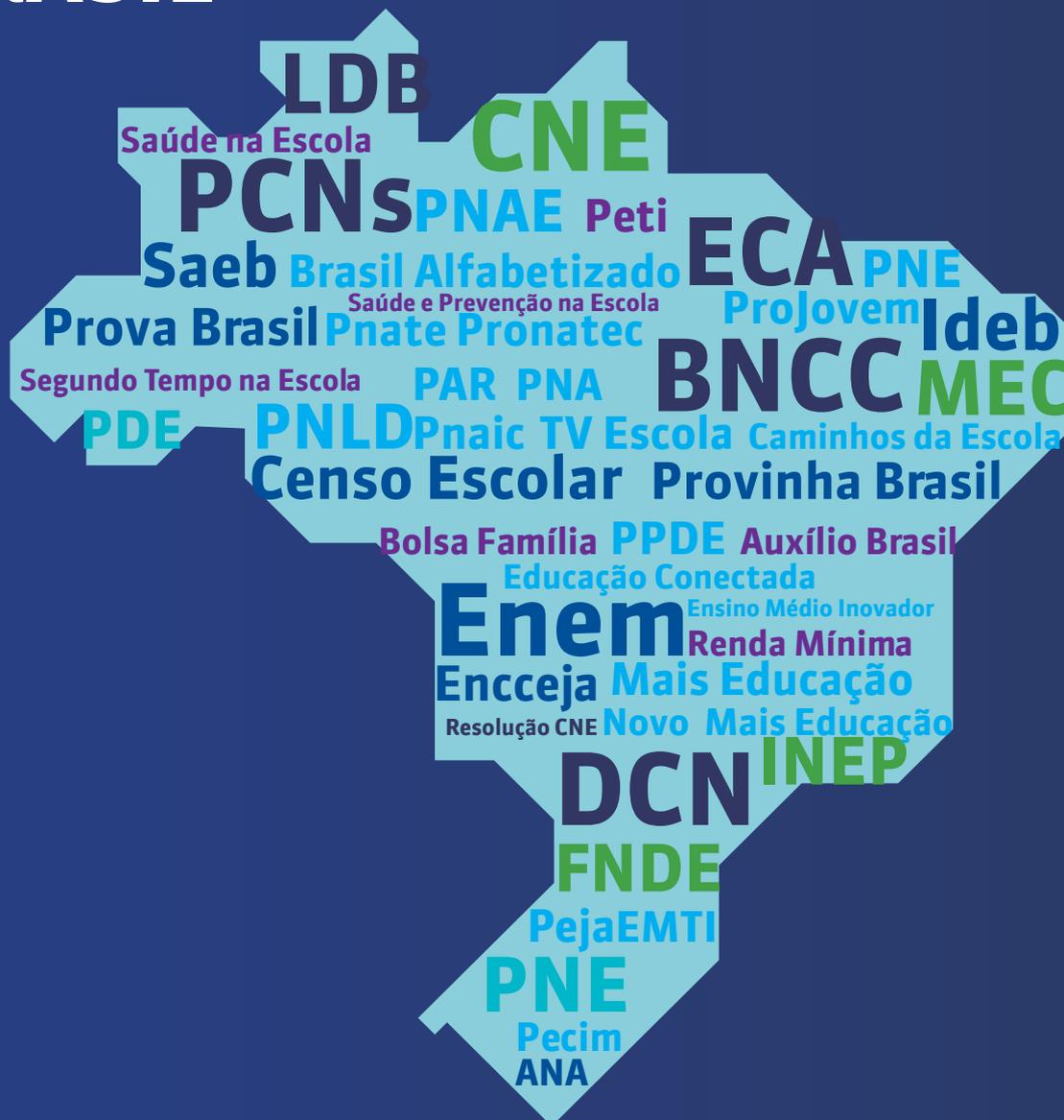


# POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL



Desde a Constituição Federal de 1988 até os anos 2000, a política brasileira de educação tem passado por um intenso processo para a construção de um sistema mais coordenado capaz de reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras. Esse conjunto de mudanças representou a efetivação do papel da União e, principalmente, do governo federal como coordenador da política que provê assistência técnica e financeira.

O fortalecimento dos sistemas de avaliação, monitoramento e informação, implementados desde a década de 1990, possibilitou uma atuação mais focada nos grupos vulneráveis e minoritários, buscando aumentar a equidade. Mesmo assim, muitos avanços ainda serão necessários para estruturar o Sistema Nacional de Educação e fortalecer as capacidades institucionais de estados e municípios.

# SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL



**Para marcar a trajetória das políticas educacionais, e, dando sequência a série de iniciada com o primeiro infográfico sobre [Financiamento da Educação](#); o Instituto Unibanco desenvolveu esta ferramenta de pesquisa e consulta que traz, de forma sistematizada, a cronologia do sistema educacional em construção, especialmente a partir da Constituição de 1988.**

A trajetória da política de educação brasileira passou por uma grande mudança com a aprovação da Constituição Federal de 1988. A universalização do ensino fundamental e a definição das competências compartilhadas entre União, estados e municípios marcaram o primeiro passo para a estruturação de um sistema robusto, em constante adequação, de acordo com as necessidades e complexidades da área educacional. Enquanto a União ficou responsável pela normatização nacional e assistência técnica e financeira a estados e municípios, estes assumiram a oferta do ensino, sendo os estados responsáveis pelo ensino fundamental e médio e os municípios pelo ensino fundamental. A sobreposição de responsabilidades tinha, como objetivo, evitar lacunas e assegurar a pretendida universalização.

A partir da segunda metade da década de 1990, a União assumiu o papel de assistência técnica e financeira, avançando em diferentes dimensões da política: aprovação de diretrizes nacionais, criação de programas federais, fortalecimento de sistemas de avaliação, monitoramento, informação e criação de mecanismos de redistribuição de recursos. Essas mudanças pretendiam estabelecer diretrizes sobre a organização e os padrões mínimos da política, principalmente por meio da Lei de Diretrizes e Base (LDB). Também tinham como objetivo promover a universalização do ensino fundamental, com a expansão das matrículas pelas redes municipais e a permanência dos alunos na escola, a partir da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de programas federais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Nesse novo contexto, a meta era garantir acesso à educação aos grupos mais vulneráveis.

## **A BUSCA PELA EQUIDADE NA EDUCAÇÃO**

Durante os anos 2000, as mudanças reforçaram a trajetória anterior, incidindo nas mesmas dimensões da política – diretrizes e regulamentações nacionais, programas federais, sistemas de avaliação, monitoramento, informação e redistribuição de recursos. No entanto, as ações dessa fase buscaram ampliar



o acesso e a permanência na educação básica, incluindo, portanto, a educação infantil e o ensino médio. A Emenda nº 59, de 2009, amplia a obrigatoriedade da oferta nessas etapas por estados e municípios e define a redistribuição de recursos por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Além disso, novas orientações buscaram efetivar o direito à educação e melhorar a qualidade da política para garantir maior equidade, como diretrizes e regulamentações e a criação de programas federais que visavam aumentar o tempo dos estudantes na escola, especialmente os mais vulneráveis, e promover diversidade e inclusão de grupos minoritários. Esses esforços envolveram desde o Programa Bolsa-Família e Mais Educação à aprovação das leis que incluíram no currículo disciplinas voltadas à história e cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena.

Vale destacar que o foco nos públicos mais vulneráveis e minoritários só foi possível com o fortalecimento dos sistemas de avaliação, monitoramento e informação já utilizados desde a década de 1990. Somente a partir do Censo Escolar e das avaliações externas, é que se conseguiu identificar grupos e territórios que exigiam políticas e ações específicas para redução de desigualdades educacionais.

Esse conjunto de mudanças representou a efetivação do papel da União e, principalmente, do governo federal como coordenador nacional da política que provê assistência técnica e financeira aos municípios. Também avançou na construção de um sistema de educação mais coordenado e integrado, que visa reduzir desigualdades entre as regiões brasileiras. No entanto, ainda serão necessários outros esforços para que novos avanços aconteçam, principalmente, na direção da construção de um Sistema Nacional de Educação e do fortalecimento das capacidades institucionais de estados e municípios.

## **UM INFOGRÁFICO PARA SISTEMATIZAR ESSA TRAJETÓRIA**

Para facilitar a leitura dessa linha do tempo, **o infográfico apresenta cinco grandes áreas que sustentam todo o sistema: Legislação e Regulamentação; Monitoramento e Avaliação; Planos; Programas; e Programas Intersetoriais.**

É possível saber, no infográfico, o ano de implementação, qual o teor de cada lei, programa ou plano, se passou por mudanças ou foi descontinuado, a qual etapa do ensino se destina e qual órgão é responsável pela sua governança, cuja definição e escopo de atuação são apresentados no rodapé do documento.

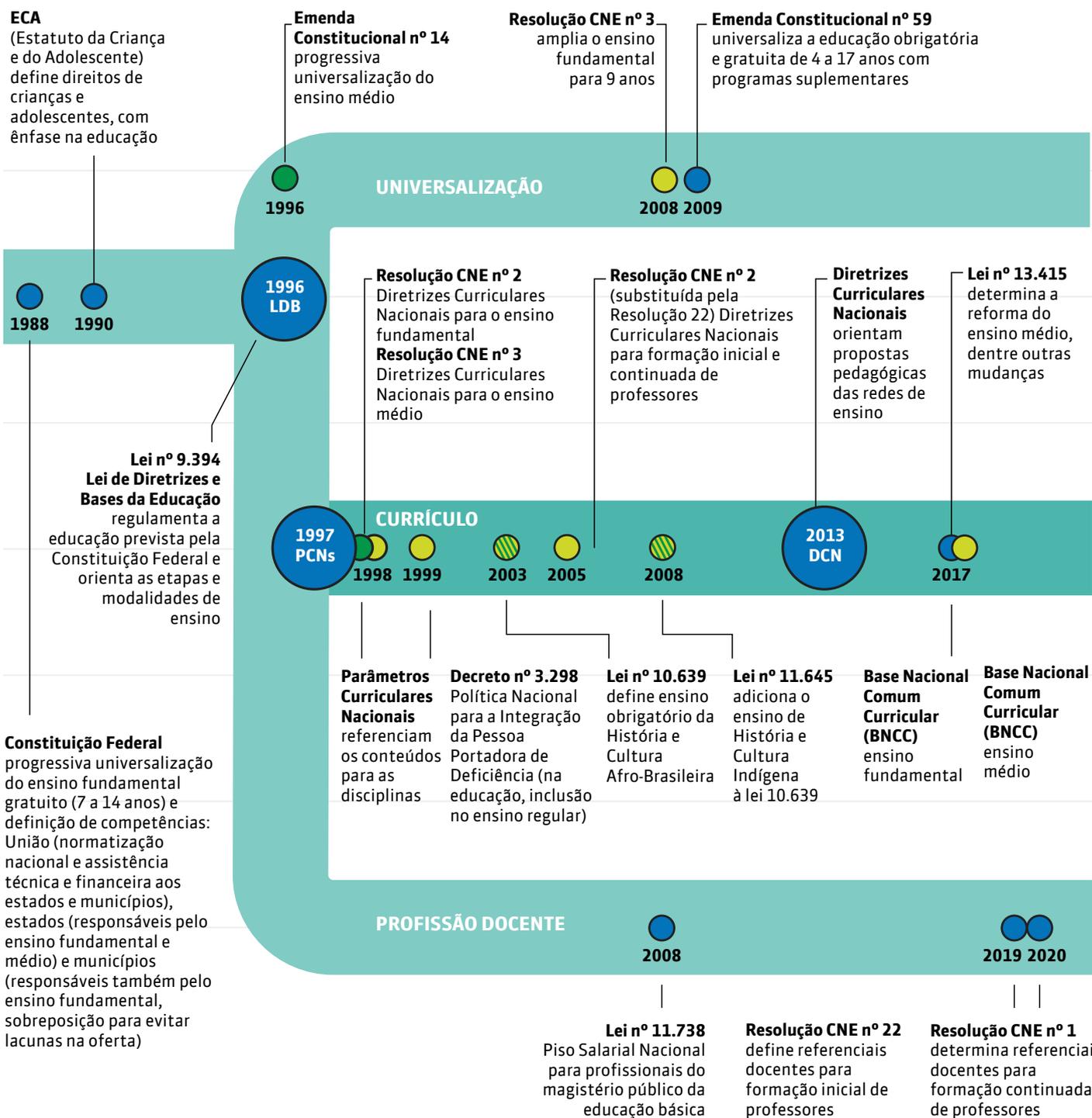
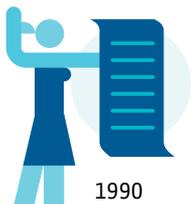
Todas as informações para a construção do infográfico foram retiradas de pesquisas e sites institucionais, viabilizando o desenho dessa linha do tempo, até 2021.

O objetivo da ferramenta é servir como fonte à imprensa, à academia e às demais instituições e pessoas interessadas no tema para que possam ter uma visão geral, de maneira didática e organizada, dessa estrutura complexa e robusta.

# LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Leis, resoluções, emendas e diretrizes criadas para ampliar o acesso, a permanência e a qualidade da educação brasileira, sob responsabilidade do Executivo, Legislativo e CNE (Conselho Nacional de Educação). Sobre as políticas de financiamento da educação, acesse o infográfico relacionado ao tema: <https://bit.ly/3kziwA1>

- TODAS AS ETAPAS
- ENSINO FUNDAMENTAL
- ENSINO MÉDIO
- ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

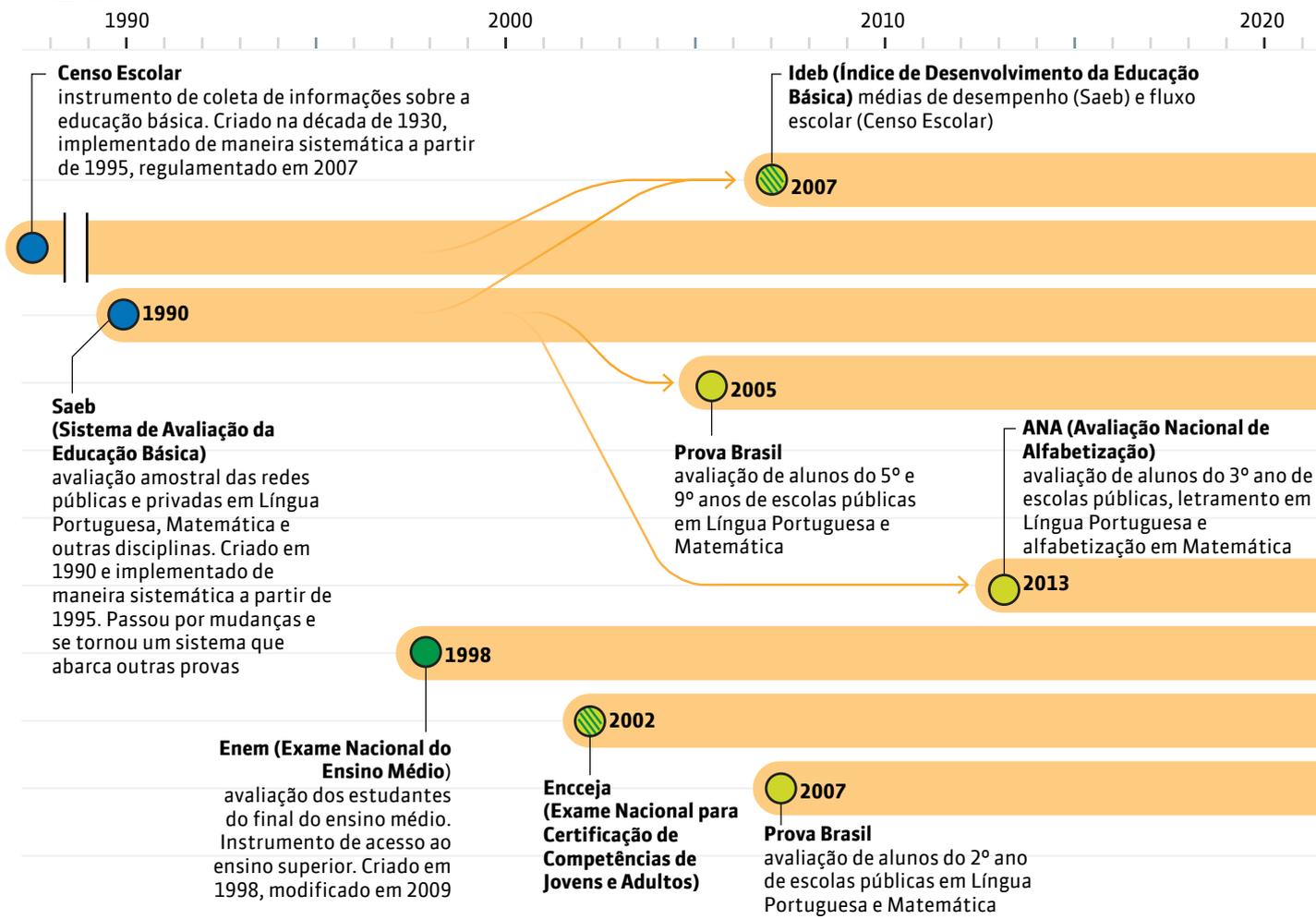


## INFOGRÁFICO

# MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Sistemas desenvolvidos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) para mapear, monitorar e avaliar a educação brasileira com o objetivo de promover ações e políticas públicas que fortaleçam a qualidade do ensino e promovam a diminuição das desigualdades educacionais.

- TODAS AS ETAPAS
- ENSINO FUNDAMENTAL
- ENSINO MÉDIO
- ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO



## PLANOS

Objetivos, metas e conjunto de ações acordados entre os atores do sistema educacional, para pautar e promover nacionalmente o direito e o acesso de todos e todas à educação.



# INFOGRÁFICO

## PROGRAMAS

Iniciativas do MEC (Ministério da Educação) e FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para distribuição de recursos e suporte às diferentes áreas relacionadas ao acesso e à qualidade do ensino (alimentação, saúde, transporte, material escolar, infraestrutura etc.)



- TODAS AS ETAPAS
- ENSINO FUNDAMENTAL
- ENSINO MÉDIO
- ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO



- **1995** **PPDE** (Programa Dinheiro Direto na Escola) garante assistência financeira às escolas
- **1996** **Programa TV Escola** produz e distribui material de formação aos professores e de apoio às aulas
- **1998** **PNLD** (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) distribui obras e materiais de apoio
- **1998** **PNAE** (Programa Nacional de Alimentação Escolar) distribui recursos para estados e municípios, além de ações de educação alimentar e nutricional
- **2003** **Programa Brasil Alfabetizado** dá apoio financeiro a estados e municípios para alfabetização de jovens, adultos e idosos
- **2004** **Pnate** (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar) dá apoio financeiro para transporte de alunos da **área rural**
- **2005** **Projovem** (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) promove conclusão do ensino fundamental por jovens de 18 a 24 anos das zonas urbana e rural
- **2007** **Pnaic** (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) descontinuado
- **2007** **Caminhos da Escola** apoia a renovação, padronização e ampliação de frotas escolares
- **2007** **Mais Educação** apoiava o ensino no contraturno
- **2016** **Novo Mais Educação** ampliava atividades socioeducativas no contraturno (descontinuado)
- **2009** **Ensino Médio Inovador** apoia financeiramente a promoção de mudanças curriculares e a ampliação do tempo na escola
- **2010** **PAR** (Plano de Ações Articuladas) instrumento para planej. de 4 anos e secretarias estaduais e municipais para assistência técnica e financeira
- **2011** **Pronatec** (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) amplia educação profissional técnica (nível médio)
- **2012** **Peja** (Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos)
- **2016** **EMTI** (Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral)
- **2017** **Programa de Inovação Educação Conectada** amplia jornada escolar e formação integral e integrada dos estudantes e universaliza o acesso e o uso pedagógico das tecnologias digitais
- **2019** **Política Nacional de Alfabetização** dá assistência financeira, materiais pedagógicos e formação para a alfabetização
- **2021** **Pecim** (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares) expande o número de escolas

## INFOGRÁFICO

# PROGRAMAS INTERSETORIAIS

Iniciativas resultantes de uma articulação interministerial e/ou de outros ministérios, que afetam a educação

- TODAS AS ETAPAS
- ENSINO FUNDAMENTAL
- ENSINO MÉDIO
- ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO



1996 **Peti** (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)

2003 **Programa Segundo Tempo na Escola**  
práticas esportivas no contraturno

**Programa Saúde e Prevenção na Escola**  
ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva. Substituído pelo Programa Saúde na Escola

2003 2007 **Programa Saúde na Escola**  
ações de promoção, prevenção e atenção à saúde

1999 2001 2004

2021

**Programa Garantia de Renda Mínima**  
benefícios às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza com crianças e adolescentes (7 a 14 anos) na escola. Substituído pelo Bolsa Escola

**Programa Bolsa Escola**  
benefícios às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza com crianças e adolescentes (7 a 14 anos) na escola. Substituído pelo Bolsa Família

**Programa Bolsa Família**  
renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza com condicionalidades

**Programa Auxílio Brasil**  
define transferência de renda por meio de benefícios, como: Benefício Primeira Infância, Benefício Composição Familiar e Benefício de Superação da Extrema Pobreza

## PRINCIPAIS ATORES



### Ministério da Educação (MEC)

Órgão ligado ao governo federal, responsável por definir diretrizes nacionais e programas federais, fiscalizar a qualidade do ensino, participar dos processos de elaboração de exames nacionais de avaliação, credenciar instituições particulares de ensino superior.



### Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Autarquia federal vinculada e fiscalizada pelo Ministério da Educação (MEC), com autonomia para sua gestão. É responsável por executar parte das ações do MEC, relacionadas à Educação Básica, prestando auxílio financeiro e técnico aos municípios, além de captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, de acordo com as diretrizes do Plano Nacional da Educação.



### Conselho Nacional de Educação (CNE)

Órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), elabora e aprova diretrizes nacionais da educação, emitindo pareceres, estudos e pesquisas, e atua na avaliação e acreditação de cursos de ensino superior. Uma parte das decisões tomadas pelo CNE precisa da autorização do Legislativo ou do próprio MEC para ser implementada.



### Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Autarquia federal vinculada e fiscalizada pelo Ministério da Educação (MEC), com autonomia para sua gestão. Atua nas áreas de avaliações, exames, indicadores da educação básica e superior, estatísticas educacionais (censos) e publicação de conteúdos relacionados a estes temas.

Este infográfico é uma realização do Instituto Unibanco, com base no cenário das políticas educacionais até 2021.

Apoio editorial – Coordenação: Ana Maria Alvarez Melo/Pesquisa e texto: Catarina Segatto/Texto e edição: Mari de Almeida/ Designer: Mario Kanno/Revisão de texto: Rosângela Almeida



## LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
1988	<b>Constituição Federal</b>	Aprovada pela Assembleia Constituinte para todo o sistema de educação brasileiro		Progressiva universalização do ensino fundamental gratuito (7 a 14 anos) e definição de competências: União (normatização nacional e assistência técnica e financeira aos estados e municípios), estados (responsáveis pelo ensino fundamental e médio) e municípios (responsáveis, prioritariamente, pela educação infantil e, também, pelo ensino fundamental, sobreposição para evitar lacunas na oferta)
1990	<b>Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)</b>	Aprovada pelo Congresso Nacional para diversas políticas (educação, assistência social etc.)	 (crianças e adolescentes)	Define direitos das crianças e dos adolescentes, com ênfase na educação
1996	<b>Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)</b>	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro		Estabelece diretrizes e organização do sistema educacional brasileiro, reforçando a divisão de competências e orientação sobre etapas e modalidades de ensino
1996	<b>Emenda Constitucional nº 14</b>	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro		Determina a progressiva universalização do ensino médio e competências de estados e municípios
1997	<b>Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)</b>	Aprovados pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro		Estabelecem uma referência nacional de conteúdos para as disciplinas do ensino fundamental e médio
1998	<b>Resolução CNE nº 2 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental</b>	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro (sofreu mudanças com a implementação da BNCC)		Define diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental
1998	<b>Resolução CNE nº 3 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio</b>	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro (sofreu mudanças com a implementação da BNCC)		Define diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio
1999	<b>Decreto nº 3.298 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência</b>	Aprovada pelo presidente		Define diretrizes para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, com determinações em diferentes políticas. Na educação, define a inclusão no ensino regular
2003	<b>Lei nº 10.639 - ensino obrigatório da História e Cultura Afro-brasileira</b>	Aprovada pelo Congresso Nacional		Introduz a obrigatoriedade das disciplinas de História e Cultura Afro-brasileira no currículo
2005	<b>Resolução CNE nº 3 - ampliação do ensino fundamental</b>	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro		Amplia o ensino fundamental para 9 anos

# LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

(continuação)



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
2005	<b>Resolução CNE nº 2 (substituída pela Resolução 22) - Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial e continuada de professores</b>	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados e de segunda licenciatura) e para a formação continuada
2008	<b>Lei nº 11.738 - Piso Salarial Nacional para profissionais do magistério público da educação básica</b>	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Institui piso salarial nacional para profissionais do magistério público da educação básica e 1/3 da jornada para trabalho pedagógico
2008	<b>Lei nº 11.645 - adiciona o ensino de História e Cultura Indígena à Lei nº 10.639</b>	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro	FM	Introduz a obrigatoriedade das disciplinas de História, Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena no currículo
2009	<b>Emenda Constitucional nº 59 - universaliza a educação de 4 a 17 anos</b>	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Universaliza a educação de 4 a 17 anos e define programas suplementares, como merenda, transporte, material didático e assistência à saúde
2013	<b>Diretrizes Curriculares Nacionais</b>	Aprovadas pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Definem novas diretrizes curriculares nacionais para orientar as propostas pedagógicas das redes de ensino
2017	<b>Lei nº 13.415 - reforma do ensino médio</b>	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro	EM	Dentre diversas mudanças, determina a reforma do ensino médio
2017	<b>Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - ensino fundamental</b>	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	EF	Define o conjunto de aprendizagens essenciais para os estudantes do ensino fundamental
2018	<b>Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - ensino médio</b>	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	EM	Define o conjunto de aprendizagens essenciais para os estudantes do ensino médio
2019	<b>Resolução CNE nº 22 - referenciais docentes para formação inicial de professores</b>	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Define Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular para a formação inicial de professores da educação básica
2020	<b>Resolução CNE nº 1 - define referenciais docentes para formação continuada de professores</b>	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular para a formação continuada de professores da educação básica



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
1930	<b>Censo Escolar</b>	Década de 1930, implementado de maneira sistemática a partir de 1995, regulamentado em 2007 <a href="#">Inep</a>		Define instrumento de coleta de informações da educação básica
1990	<b>Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)</b>	1990, implementado de maneira sistemática a partir de 1995, passando por mudanças nas décadas seguintes <a href="#">Inep</a>		Implementa avaliação amostral das redes públicas e privadas em Língua Portuguesa e Matemática e outras disciplinas. Sofreu mudanças incorporando outras avaliações. Antes, era ensino fundamental e, em 1995, já incorporou o médio e incorporou anos iniciais com a criação da ANA
1998	<b>Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)</b>	Modificado em 2009 <a href="#">Inep</a>		Define avaliação dos estudantes ao final do ensino médio, tornando-se instrumento para acesso ao ensino superior
2002	<b>Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)</b>	<a href="#">Inep</a>		Afere competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou médio na idade adequada
2005	<b>Prova Brasil</b>	Portaria nº 931 <a href="#">Inep</a>		Implementa a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), avaliação censitária (a cada dois anos) dos estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental de escolas públicas, em Língua Portuguesa e Matemática
2007	<b>Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)</b>	<a href="#">Inep</a>		Implementa índice que reúne as médias de desempenho nas avaliações (Saeb) e o fluxo escolar (Censo Escolar)
2007	<b>Provinha Brasil</b>	Portaria nº 10 <a href="#">Inep</a>	 (anos iniciais)	Implementa avaliação dos estudantes do 2º ano de escolas públicas, em Língua Portuguesa e Matemática
2013	<b>Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)</b>	Portaria nº 482 <a href="#">Inep</a>	 (anos iniciais)	Implementa avaliação do letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas

## PLANOS



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
2001	<b>Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172)</b>	Com vigência até 2010 <a href="#">Aprovado pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro</a>	TE	Estabelece objetivos e metas para a efetivação do direito à educação para todos (aumento do acesso e melhoria da qualidade)
2007	<b>Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)</b>	Para vigência de 15 anos, mas foi descontinuado <a href="#">MEC</a>	TE	Estabeleceu um conjunto de programas e ações que buscavam melhorar a educação, a partir da sua articulação com o território e o desenvolvimento
2014	<b>Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005)</b>	Com vigência até 2024 <a href="#">Aprovado pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro</a>	TE	Estabelece objetivos e metas para a efetivação do direito à educação para todos (aumento do acesso e melhoria da qualidade)

## PROGRAMAS



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
1995	<b>Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)</b>	Resolução FNDE nº 3, mas depois sofreu mudanças <a href="#">MEC e FNDE</a>	TE	Garante assistência financeira às escolas
1996	<b>Programa TV Escola</b>	<a href="#">MEC</a>	FM	Produz e distribui material para apoio à formação de professores e às aulas
1998	<b>Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)</b>	Resolução FNDE nº 6, mas depois sofreu mudanças <a href="#">MEC e FNDE</a>	TE	Determina assistência financeira a estados e municípios para alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional. Com a Lei nº 11.947/2009, 30% do valor repassado deve ser gasto com produtos da agricultura familiar
2003	<b>Programa Brasil Alfabetizado</b>	<a href="#">MEC e FNDE</a>	EF	Define apoio financeiro a estados e municípios para alfabetização de jovens, adultos e idosos
2004	<b>Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate)</b>	Medida Provisória nº 173, mas depois sofreu mudanças <a href="#">MEC e FNDE</a>	TE	Garante assistência financeira para o transporte de estudantes residentes em área rural
2004	<b>Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja)</b>	Lei nº 10.880, programa retomado em 2012 <a href="#">MEC e FNDE</a>	FM	Garante assistência financeira a estados e municípios para manutenção de turmas de EJA
2005	<b>Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)</b>	Primeira portaria, nº 2.963. Decreto 91.542/1985 que substituiu o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef) <a href="#">MEC e FNDE</a>	TE	Determina a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, dentre outros materiais de apoio
2005	<b>Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)</b>	Lei nº 11.129 <a href="#">MEC e FNDE</a>	EF	Cria programa para a conclusão do ensino fundamental por jovens de 18 a 24 anos, das zonas urbana e rural

## PROGRAMAS

(continuação)



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
2007	<b>Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic)</b>	Portaria nº 826 - o programa não existe mais <a href="#">MEC</a> e <a href="#">FNDE</a>	<b>EF</b> (anos iniciais)	Integrava e estruturava ações de formação, materiais e referências curriculares e pedagógicas para alfabetização
2007	<b>Caminhos da Escola</b>	Resolução FNDE nº 13, mas depois sofreu mudanças <a href="#">MEC</a> e <a href="#">FNDE</a>	<b>TE</b>	Define assistência financeira para renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares
2007	<b>Mais Educação</b>	Portaria Interministerial nº 17 e depois Decreto nº 7.083, em 2010 - transformado no Novo Mais Educação (2016) <a href="#">MEC</a> e <a href="#">FNDE</a>	<b>EF</b>	Expande atividades socioeducativas no contraturno escolar
2009	<b>Ensino Médio Inovador</b>	Portaria nº 971 <a href="#">MEC</a> e <a href="#">FNDE</a>	<b>EM</b>	Apoia financeiramente a promoção de mudanças curriculares e a ampliação do tempo na escola
2010	<b>Plano de Ações Articuladas</b>	Resolução FNDE nº 19, mas depois sofreu mudanças <a href="#">MEC</a> e <a href="#">FNDE</a>	<b>TE</b>	Institui instrumento de planejamento de quatro anos para as secretarias estaduais e municipais de educação, para o recebimento de assistência técnica e financeira do MEC/FNDE
2011	<b>Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)</b>	Lei nº 12.513 <a href="#">MEC</a> e <a href="#">FNDE</a>	<b>EM</b>	Expande a educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e qualificação profissional
2016	<b>Novo Mais Educação</b>	Portaria nº 1.144. Foi descontinuado <a href="#">MEC</a> e <a href="#">FNDE</a>	<b>EF</b>	Apoiava a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental no contraturno
2016	<b>Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (Emti)</b>	Portaria nº 1.145 <a href="#">MEC</a> e <a href="#">FNDE</a>	<b>EM</b>	Amplia a jornada escolar e a formação integral e integrada dos estudantes de ensino médio
2017	<b>Programa de Inovação Educação Conectada</b>	Decreto nº 1.602, mas depois sofreu mudanças <a href="#">MEC</a>	<b>TE</b>	Universaliza o acesso à <i>internet</i> de alta velocidade e fomenta o uso pedagógico de tecnologias digitais com formação, recursos educacionais digitais e melhoria da infraestrutura de acesso
2019	<b>Política Nacional de Alfabetização</b>	Decreto nº 9.765 <a href="#">MEC</a>	pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental	Garante assistência financeira, materiais pedagógicos e formação para a alfabetização
2019	<b>Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares</b>	Decreto 10.004, mas depois sofreu mudanças <a href="#">MEC</a> e <a href="#">Ministério da Defesa</a>	<b>FM</b>	Expande o número das escolas cívico-militares

## PROGRAMAS INTERSETORIAIS



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
1996	<b>Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)</b>	Governo federal (em 2011, integrou o Suas)	crianças e adolescentes	Determina ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil
1999	<b>Programa Garantia de Renda Mínima</b>	Substituído pelo Bolsa Escola MEC	EF	Transfere benefícios às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com crianças e adolescentes (7 a 14 anos) frequentes de escolas públicas de ensino fundamental
2001	<b>Programa Bolsa Escola</b>	Lei nº 10.219, substituído pelo Bolsa Família MEC	EF	Transfere benefícios às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com crianças e adolescentes (7 a 14 anos) frequentes de escolas públicas de ensino fundamental
2003	<b>Programa Saúde e Prevenção na Escola</b>	Substituído pelo Programa Saúde na Escola Ministério da Educação e Saúde com apoio da Unesco e do Unicef	FM	Envolve ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva nas escolas
2003	<b>Programa Segundo Tempo na Escola</b>	Ministério da Cidadania (antes era Ministério do Esporte)	FM	Oferece práticas esportivas no contraturno escolar
2004	<b>Programa Bolsa Família</b>	Lei nº 10.836, substituído pelo Programa Auxílio Brasil Ministério da Cidadania (antes, Ministério do Desenvolvimento Social)	TE	Transfere renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza e possui condicionalidades relacionadas à saúde e educação (matrícula e frequência)
2007	<b>Programa Saúde na Escola</b>	Decreto nº 6.286 Ministério da Educação e Saúde	TE	Envolve ações de promoção, prevenção e atenção à saúde nas escolas
2021	<b>Programa Auxílio Brasil</b>	Medida Provisória nº 1.061/2021 Ministério da Cidadania (antes, Ministério do Desenvolvimento Social)	TE	Transfere renda por meio de benefícios, dentre eles: Benefício Primeira Infância (famílias com crianças de 0 e 36 meses incompletos); Benefício Composição Familiar (famílias com gestantes ou pessoas de 3 a 21 anos incompletos); Benefício de Superação da Extrema Pobreza (famílias com renda per capita igual ou inferior ao valor da linha de extrema pobreza)



**Acesse o infográfico, o texto complementar e o glossário sobre os temas desta tabela, em:**  
[www.institutounibanco.org.br/especiais/politicas-educacionais-do-brasil](http://www.institutounibanco.org.br/especiais/politicas-educacionais-do-brasil)

Este infográfico é uma realização do Instituto Unibanco, com base no cenário das políticas educacionais até 2021.

Apoio editorial – Coordenação: Ana Maria Alvarez Melo/Pesquisa e texto: Catarina Segatto/Texto e edição: Mari de Almeida/ Designer: Mario Kanno/Revisão de texto: Rosângela Almeida

## GLOSSÁRIO

**ANA** – Avaliação Nacional de Alfabetização é um dos instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para mensurar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, a alfabetização em Matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas. Passam pela avaliação todos os estudantes do 3º ano do ensino fundamental matriculados nas escolas públicas no ano da aplicação.

**EMTI** – Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral tem o objetivo de apoiar os sistemas de ensino público dos estados e do Distrito Federal a oferecerem a ampliação da jornada escolar e a formação integral e integrada do estudante. Para isso, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) transfere recursos financeiros para apoiar a implantação de escolas de ensino médio em tempo integral pelas secretarias estaduais de Educação.

**Encceja** - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, realizado pelo Inep em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, é direcionado aos jovens e adultos residentes no Brasil ou no exterior que não tiveram a oportunidade de concluir o ensino fundamental ou ensino médio na idade certa.

**Fundef** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (criado pelo Ministério da Educação em 1996), reunia recursos provenientes das receitas dos impostos e das transferências dos estados, Distrito Federal e municípios vinculados à educação. O Fundef vigorou até 2006, quando foi substituído pelo Fundeb, que ampliou a cobertura e incluiu recursos da União.

**Fundeb** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, um conjunto de 27 fundos contábeis independentes dedicados ao financiamento da Educação Básica. Entrou em vigor em 2007, quando substituiu o Fundef (dedicado ao Ensino Fundamental). Em 2020, foi alterado pela Emenda Constitucional 108, que passou a vigorar em 2021, tornando-o um mecanismo permanente de financiamento, com a ampliação da participação da União no custeio das matrículas públicas e um novo modelo de redistribuição dos recursos. O Novo Fundeb é um marco para a educação, porque, além de permanente, passa a ser constitucional e com critérios mais equitativos.

**FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação. Realiza diferentes programas e ações oferecidos a estados e municípios, que podem aderir ou não a estas e outras iniciativas

**Ideb** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que reúne, em um só indicador, os resultados do fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

**PAR** – Plano de Ações Articuladas, uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, fundamentada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que oferece aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional para a construção de um sistema nacional de ensino.

**Pecim** - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa, apresenta um conceito de gestão escolar e educacional realizada por militares, enquanto professores e demais profissionais são responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico.

**Peja** – Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de aumentar as matrículas do ensino fundamental e médio de jovens e adultos do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade presencial. Os recursos transferidos apoiam a manutenção e o desenvolvimento de novas turmas do EJA abertas pelos estados, municípios e pelo Distrito Federal, cujas matrículas não tenham entrado no cálculo para recebimento dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

**Peti** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do governo federal, reúne um grupo de ações intersetoriais para retirar crianças da condição de trabalho e adolescentes que estão em atividades consideradas insalubres ou degradantes. Assegura, ainda, a transferência de renda direta para as famílias, tendo como principal requisito para a manutenção do benefício a frequência escolar.

**PNA** – Política Nacional de Alfabetização tem como objetivo elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro. Estabelece diretrizes em relação ao processo de alfabetização das crianças, na educação infantil e no ensino fundamental de escolas públicas, municipais e estaduais. Tem como propósito implantar uma metodologia com base nos estudos da ciência cognitiva da leitura, com foco no método fônico.

**Pnaic** - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa tem o objetivo de apoiar professores que atuam no ciclo de alfabetização a planejarem as aulas e a usarem, de modo articulado, os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC às redes que aderirem ao pacto.

**PDDE** – Programa Dinheiro Direto na Escola presta assistência financeira suplementar às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou similares de atendimento direto e gratuito ao público e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ofereçam programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

**PNLD** – Programa Nacional do Livro e do Material Didático avalia e disponibiliza obras didáticas, pedagógicas e literárias de apoio à prática educativa.

**PPDE** - Programa Dinheiro Direto na Escola presta assistência financeira às escolas, em caráter suplementar, para contribuir à manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar.

**Pnate** – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar realiza a transferência automática de recursos financeiros para custear despesas de transporte de estudantes da Educação Básica pública das áreas rurais.

**Pronatec**– Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego tem como finalidade ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de projetos e ações de assistência técnica e financeira. É voltado aos estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; aos trabalhadores; aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e aos estudantes que tenham cursado e finalizado o ensino médio na rede pública.

**Saeb** - Sistema de Avaliação da Educação Básica é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Também oferece subsídios para elaboração, monitoramento e aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências. Por meio das médias de desempenho, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, do Censo Escolar, é que se define o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

